Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Resumo expandido

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: possibilidades e desafios no acesso e permanência

Cleuza Rezende Macêdo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM
Mestra em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2022). Pós-graduada em Educação Profissional e Tecnológica Aplicada à Gestão de Programas e Projetos de Aprendizagem pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM (2017); em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo IFTM (2020); Licenciada em Ciências Biológicas - IFTM (2015);em Biomedicina Estética pela Faculdade Futura (2022); Bacharela em Biomedicina pela Universidade de Uberaba- UNIUBE (2008). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências - GEPIC (2020). Membro do Grupo de Pesquisa Educação para as profissões da Saúde - GPEPS (2020). E-mail: cleo.bio1@hotmail.com

Cinara Aline de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM
Mestra em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Pós-graduada em Neuropedagogia e Psicanálise com Ênfase em Educação Especial (2011); em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2020) e pós-graduanda em Coaching cognitivo-comportamental. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2008). Analista de Gestão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba-MG. Atua como assessora pedagógica junto ao Departamento de Educação Inclusiva. E-mail: cinaraaline@hotmail.com

Luciana Almeida Silva Teixeira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM
Professora Associada do Instituto de Ciências da Saúde. Doutorado em Medicina Tropical e Infectologia (UFTM). E-mail: luciana.teixeira@uftm.edu.br

Resumo: O presente trabalho investiga o processo de acesso e permanência de estudantes com deficiencia no curso de Medicina. Assim, realizamos um resgate histórico das pessoas com deficiência e destacamos cinco fases: exclusão; institucionalização; segregação; integração e fase da inclusão. O objetivo desta pesquisa consiste em buscar, a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, um panorama sobre os processos de inclusão vivenciados na universidade e em compreender o processo histórico da educação inclusiva. A metodologia deste estudo ancora-se numa pesquisa qualitativa exploratória e foi desenvolvida a partir da dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), intitulada: “A inclusão no ensino superior: um estudo sobre as necessidades educacionais especiais de estudantes no curso de Medicina”. Tivemos, como base teórica, Mantoan (2003); Capellini e Fonseca (2017); Stainback e Stainback (1999), Glat, Pletsch e Fontes (2007), entre outros. Perpassamos pelos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI 13. 146/2015, o Programa Incluir desenvolvido pelas Secretarias de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC), trouxeram para a pesquisa a perspectiva do direito à educação em todos os níveis e modalidades de ensino. Os

resultados encontrados apontam que é necessário consolidar as políticas de inclusão. O processo inclusivo pleno não é uma tarefa fácil, é preciso uma estruturação progressiva e uma mudança significativa no universo acadêmico e na concepção que o movimento inclusivo propõe.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Ensino Superior, Políticas Inclusivas, Acessibilidade, Medicina.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional das pessoas com deficiência vem se desenvolvendo em esfera global como um fenômeno social complexo, consequência de muita luta, de seus familiares e de movimentos sociais. Ainda assim, são poucos os estudos que se dedicam a essa temática, sobretudo, no Ensino Superior (ES). A universidade contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de estudante, entretanto, hoje, a demanda é outra, temos estudantes bastante diversificados no universo acadêmico. A pesqusa justifica-se na perspectiva da inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior exige uma rede de suporte para a permanência e sucesso na formação acadêmica. Para tanto, elencou-se os seguintes objetivos específicos (i) discutir o contexto universitário da UFTM, a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência, refletindo sobre o acesso, permanência e organização da universidade para consolidação de propostas inclusivas no curso de Medicina; (ii) compreender as orientações sobre a Inclusão no espaço escolar, partindo da Constituição Brasileira (1988), passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394 /1996 (LDB) e chegando à Lei Brasileira de Inclusão n. 13.146/2015;(iii) analisar as pesquisas primárias encontradas no Brasil, nos últimos (10) dez anos.

Ao longo dos últimos anos surgiram leis, ações e programas que visam incluir estudantes com deficiência no ES. Entretanto, a magnitude dos desafios que regem o processo de inclusão exige de toda a comunidade acadêmica o reconhecimento dessa diversidade, do direito à autonomia, da busca constante por transformações nas atitudes preconceituosas e segregacionistas estabelecidos ao longo da história, especialmente, em relação ao tratamento dado a elas e pela busca de seus direitos sociais. É preciso atentar para as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência e não para as dificuldades, para assim construir uma sociedade com menor desigualdade social, preconceitos,

intolerância e desrespeito a diversidade, com ou sem deficiência.

A pesquisa aborda questões referentes ao surgimento e democratização do ES e discute a Politica da Educação Inclusiva para o ES. A inclusão, ainda hoje, impõe desafios às instituições de ES que implica em introduzir transformações em suas dinâmicas a partir de três perspectivas: o acesso, a permanência e o egresso. Isso pressupõe uma urgência na formação de recursos humanos, na formação continuada de docentes, na organização de recursos materiais, técnicos e humanos, além de um trabalho didático metodológico no processo de ensino e formação, frente aos aspectos relativos a acessibilidade e suas vertentes, contemporizando condições que permitem o exercicio da autonomia e participação desses estudantes no âmbito acadêmico. Uma vez que o historico das politicas publicas para as pessoas com deficiencia no Brasil conta que as iniciativas se deram a partir do seculo XX e, ainda eram vistas a partir do modelo clínico, não existindo para a pessoa com deficiência um modelo de educação estruturado ao acesso dessas pessoas. Muitos eram enclausurados em asilos, manicômios e outros tipos de instituições estatais (JANUZZI, 2004; MAZZOTTA, 2011). Perpassando pelas fases da exclusão social; institucionalização; inserção da pessoa com deficiência em escolas comunitárias ou em classes especiais; fase da integração social e por fim, a fase da inclusão. Com o modelo da inclusão tem-se a mudança de concepção sobre a educação das pessoas com deficiência. Esse novo padrão educacional modifica-se a visão de educação existente anteriormente, que segregava os estudantes em instituições especializadas apontando para a direção na perspectiva de uma educação para todos, democrática, de convivência com o outro, pautada nas reivindicações dos movimentos sociais e explicitada nos mais diversos documentos internacionais na perspectiva da inclusão como a Declaração de Salamanca de 1994 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 2006, assinados em Nova York em 2007.

Refletindo sobre o ES, na perspectiva da inclusão, os números demonstram, mesmo que incipientes, existe um aumento significaivo da entrada de pessoas com deficiencia nesse nível de ensino, apesar de todo o processo histórico de caráter excludente. O que nos leva a pensar sobre as políticas de cotas ou até mesmo se as instituições de ensino superior estariam se democratizando. A partir desse panorama procuramos refletir como está sendo configurado o direito à educação das pessoas com deficiência na UFTM, sobretudo no curso

de Medicina. O acesso de estudantes com deficiência é crescente e há uma necessidade de aprofundar a tematica para além do acesso, mas também no sentido de propor uma reflexão sobre o atendimento às especificidades desses estudantes, especialmente, às condicçoes de permanência relacionadas as demandas estabelecidas no ES.

O tema inclusão no ES vai além do acesso, uma vez que os estudantes incluídos, muitas vezes, tornam-se dados estatísticos de ingresso, mas permanecem desprovidos de atenção mesmo diante de sucessivas retenções nas disciplinas (FERRARI; SEKKEL, 2007). O que nos acendem um alerta para a necessidade de investimento institucional nos serviços de cuidado e atenção a esses estudante. Uma vez que, se o ingresso desse estudante foi legitimado por um processo seletivo, ele tem o direito de encontrar condições de permanência e conclusão do curso que levem em consideração as suas dificuldades e limitações (FERRARI; SEKKEL, 2007).

A participação dos estudantes com deficiencia, por meio das narrativas, nos possibilitaram observar como ocorrem as construções das politicas inclusivas na UFTM. E, de fato, por meio das falas dos participantes, percebe-se que , esse grupo percorreu um extensivo caminho marcado por inúmeros desafios, e ainda, existem as marcas históricas de um processo extremamente excludente. Isso ocorre porque a isenção do aluno com deficiência neste nível de ensino está ocorrendo de forma lenta e ainda sem mecanismos que sustentem tanto o acesso, quanto a permanência de tal aluno no contexto das exigências peculiares à educação superior. Para além disso, podemos afirmar, ainda, que não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da universidade, de estratégias que colaborem com o sucesso formativo destes estudantes.

METODOLOGIA

Compreendendo o percurso metodológico como uma forma de organizar a pesquisa, um caminho, como meio, direciondo pelo qual a pesquisa da temática em questão será analisada, utilizou-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas aos estudantes com deficiência do curso de Medicina/UFTM, matriculados nos anos de 2017, 2018 e 2019; observação em cenário de

prática; registro no diário de campo; e o software IRAMUTEQ para análise textual.

Segundo Minayo (2000) a metodologia qualitativa contribui para a compreensão dos processos vivenciados pelos grupos sociais e suas percepções sobre o mundo, sendo a subjetividade arte integrante dos fenômenos sociais. Nesse contexto, o foco de interesse é o olhar dos participantes da pesquisa sobre os fenômenos estudados. Dessa forma, a abordagem utilizada na pesquisa priorizou os aspectos qualitativos com alguns dados quantitativos sobre os dados e percentuais relativos à inclusão no ensino superior.

A metodologia escolhida possibilitou-nos uma melhor compreensão dos aspectos do contexto acadêmico vivenciado pelos estudantes com deficiência, que puderam expressar seus sentimentos, opiniões, conflitos e concepções sobre acessibilidade e inclusão no contexto universitário.

A pesquisa possui caráter exploratório, dado que busca analisar o objeto de estudo e estudar características específicas do grupo utilizando a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, observação em cenário de prática, e análise dos registros no diário de campo sem a interferência de quem está fazendo a pesquisa. É também um trabalho bibliográfico, uma vez que pode ser feito com base em outras pesquisas científicas, periódicos e bases de dados, definindo o desenvolvimento da pesquisa, das citações e das conclusões.

A utilização de entrevista semiestruturada foi o instrumento mais adequado para ouvir os estudantes, dentro dos objetivos específicos a que se propôs a pesquisa, para que por meio das narrativas dos participantes, eles pudessem manifestar suas percepções sobre o contexto acadêmico vivido na universidade no que tange ao processo de inclusão da pessoa com deficiência no curso de Medicina. O convite aos participantes da pesquisa, foi enviado por e-mail institucional e pessoal, bem como via aplicativo de mensagens instantâneas. Foi estendido a todos os estudantes elegíveis a participarem, e, por meio do esclarecimento presente no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). De um total de onze (11) convites enviados a participação na pesquisa, recebemos seis (6) aceites para as entrevistas, e destes (2) dois autorizaram a nossa presença no cenário de prática. Nessa perspectiva, primeiramente foi realizada a entrevista. No momento inicial, aconteceu uma conversa prévia sobre o projeto de pesquisa e foram trocados os contatos. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, em data

e horários convenientes determinados pelos participantes. A escolha do dispositivo se deu por conta da facilidade de promover o diálogo com os participantes da pesquisa, uma vez que todos possuem acesso a essa plataforma digital e sabem usufruir dos seus recursos. Os participantes foram identificados por números seguindo a ordem de produção do material empírico, garantindo, especialmente, a privacidade, o sigilo e a confidencialidade dos dados . Vale ressaltar que, em razão da pandemia pelo novo coronavírus, com a impossibilidade de encontros presenciais, o uso da tecnologia tornou-se o principal recurso para aproximar as pessoas e realizar as mais diversas atividades.

Para o processamento dos dados utilizou-se do software Iramuteq para a análise textual qualitativa. O software IRAMUTEQ (Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnellesde Textes et de Questionnaires) é um programa livre que se ancora no software R, e permite o processamento e análises estatísticas de textos produzidos (CAMARGO; JUSTUS, 2013). O software possibilita análises textuais, como Classificação Hierárquica Descendente, Análise de Similitude e a Nuem de palavras. O IRAMUTEQ possibilita outras análises textuais, como as análises lexicais clássicas, que identificam a quantidade de palavras, a frequência média e o número de hápax (palavras com única frequência) no corpus textual (CAMARGO; JUSTO, 2013). O tratamento dos dados foi realizado para padronização do corpus textual conforme exigências do programa IRaMuTeQ como, por exemplo, a consolidação de todas as postagens em um único texto sinalizado com asterisco (**** P), salvo em arquivo de extensão de texto (txt) e no formato UTF-8. É importante dizer que a análise automática apresenta resultados genéricos, que indicam caminhos a serem explorados e interpretados pelo pesquisador.

Assim, o primeiro passo foi criar uma base de dados com as respostas obtidas para as seis (6) variáveis/seis (6) perguntas; o segundo passo foi usar o Bloco de Notas; o terceiro passo foi “SALVAR” a base a ser analisada (*corpus* teste); o quarto passo foi abrir o software IRAMUTEQ, importar o corpus textual, para a realização do processamento das análises.

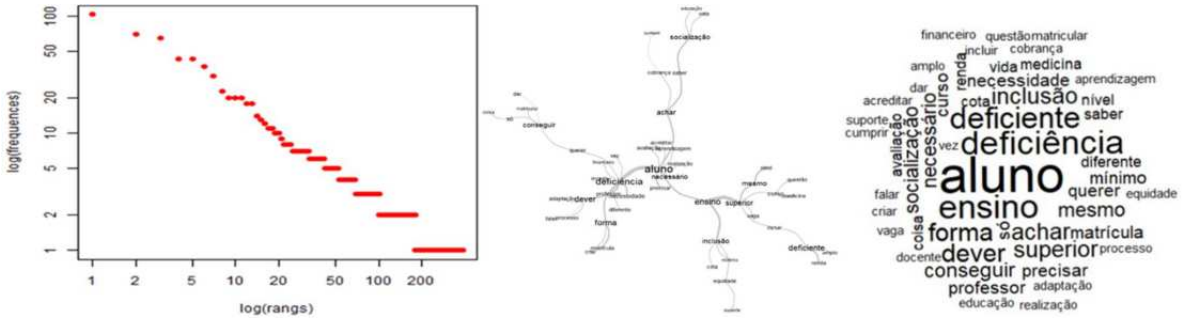
Devido ao distanciamento social, estabelecido pelos protocolos sanitários em razão da pandemia da COVID-19, o estudo observacional em cenário de prática pôde ser realizado apenas no mês demaio de 2022, no corpo de uma disciplina do curso de Medicina. As principais observações sobre o desenrolar de cada entrevista foram anotadas em um Diário

de Campo, que compõem também o cenário das narrativas dos participantes. O mesmo diário foi a base para o registro livre das observações nos campos da prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos alguns dados obtidos como o desenvolvimento da pesquisa, identificadas, a partir dos dados fornecidos pelo software IRAMUTEQ (Figura 1).

Figura 1. Representações gráficas geradas a partir do corpus textual_1



Fonte: Elaborados pela Autora, com base no software IRAMUTEQ, 2021

O “aluno” é o centro de tudo dentro da universidade, e todos os seus agentes devem estar preparados para recebê-los da melhor forma possível. Ainda que o preconceito seja um fator que rodeia o caminho rumo à inclusão, é necessário trabalhar com a diversidade para criar um ambiente de ensino aprendizagem de todos e que seja para todos. As entrevistas nortearam pontos importantes, evidenciando que o “aluno” precisa ter atitude e ser sua própria motivação na busca pela autonomia.

Em suas narrativas, ficou bem explicito que, se o “aluno” não quiser aprender, não se aceitar e não aceitar sua condição**,** não tem como ninguém fazer por ele e obrigá-lo a ir em busca de seu conhecimento; ele deve ser o agente transformador de sua realidade, e buscar por si só sua rede de apoio. O que nos leva a entender que conhecer o que afeta o seu “aluno” é o primeiro passo para criar estratégias que garantam a sua aprendizagem e formação. aprendizagens de forma a movimentar o desenvolvimento, o que é um desafio constante.

Os princípios da inclusão não são negociáveis. As atitudes sim, são passiveis de mudança. Esse é o desafio. Torna-se necessário o envolvimento de todos no âmbito interno

das Instituições de ensino, no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores de cursos, técnicos e estudantes precisam agir coletivamente nesse processo. Por outro lado, torna-se indispensável que esse coletivo dê continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à construção de estratégias de ensino inclusivas. O trabalho desses profissionais da educação deve ser feito de forma coletiva e estar entrelaçado com políticas públicas e sociais que equiparem as oportunidades de aprendizagem sem qualquer tipo de discriminação, para que o estudante demonstre seu potencial para além da sua deficiência.

Como avançar em busca da boa universidade, da instituição que ensina e ao mesmo tempo favorece a aprendizagem, levando em conta as atitudes que se pode tomar, para que estas façam a diferença na vida dos estudantes em formação? Toda reflexão causa uma reação perceptiva de que algo deve ser feito, resultando em mudanças, especialmente quando se trata da formação e do desenvolvimento de pessoas com e sem deficiências no contexto universitário.

Apresentamos, também, alguns dados obtidos como o desenvolvimento da pesquisa, identificadas, por meio das percepções dos participantes da pesquisa sobre seus processos de inclusão na UFTM.

Primeiro, o acesso: Algumas das narrativas fogem da questão do acesso e migram para questões sociais, demonstrando que o problema não está diretamente ligado à acessibilidade, depara-se na realidade social do estudante ser “diferente”. Por esse ângulo, questiona-se: “Se não refletirmos sobre as questões sociais envoltas nesses estudantes, podemos cair naquele viés clássico, por que existem cotas? As cotas não deveriam ser sociais?”. Dentro da esfera legal, não faltam leis, decretos e portarias que falem a respeito dos requisitos de acessibilidade. A Portaria 3284/03 do MEC determina para fins de credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos, requisitos de acessibilidade,e enfatiza a eliminação de barreiras arquitetônicas, recursos de ensino e aprendizagem, mobiliários adequados, entre outros. Sobre essa questão, os participantes da pesquisa, enfatizam que o ato da matricula no curso de Medicina, por si só, não garante a sua permanência com qualidade de formação; e, sobre os problemas estruturais relatam que acessibilidade é um requisito fundamental para que eles possam frequentar os mais diversos

ambientes acadêmicos. Nesse contexto, é justamente, a acessibilidade que proporciona para a PcD a participação nos diferentes espaços, e garantem o acesso adequado às tecnologias assistivas, acesso a comunicação e ao conhecimento. As narrativas dos participantes nos permite perceber que a UFTM não possui iniciativas para uma melhor acessibilidade em relação ao deslocamento e utilização desses espaços. Apesar disso, o que os estudantes vivenciam no cotidiano, demonstra que o ambiente ainda não proporciona autonomia às pessoas com deficiência. Com a fala dos participantes, percebe-se que existem barreiras que vão para além das arquitetônicas, acompanhamento individualizado, adaptações curriculares, adequações no corpo docente, treinamento dos professores, criação de um auxílio financeiro destinado a custeio de transporte e/ou disponibilização de um veículo para transporte das PcD, entre outras.

Compreendemos que acessibilidade não pode ser vista somente pelo ponto de vista da arquitetura, é preciso ter uma visão mais ampla englobando eliminação de barreiras pedagógicas, sobretudo, atitudinais. Nesse sentido, acessibilidade é um eixo da inclusão, pensando que todos os espaços deveriam ser construídos para utilização de qualquer pessoa e ambientes em que todos possam estar e conviver sem segregação.

Segundo, a inclusão: nas narrativas dos participantes, as dificuldades relativas à permanência e conclusão do curso, foram frequentes. Pensar em ambientes inclusivos sem considerar diversidade acadêmica é o mesmo que desconsiderar a presença deles no espaço universitário. A deficiência deve ser percebida como mais uma manifestação da diversidade "todos são únicos e, têm características individuais e distintas". O que nos leva a questionar: os excluídos, antes segregados, entraram, mas estão dentro? Estão incluídos em quais condições de ensino? Alguns aspectos evidenciados nas narrativas dos estudantes demonstram que existe o anseio em ter uma maior participação na universidade de modo a serem vistos, ouvidos e compreendidos pelas suas capacidades para além das limitações que apresentam.

Vale destacar que, caso essa leitura não seja feita, corremos o risco de cair em uma armadilha de endossar discursos meritocráticos e capacitistas. Dizer que alguém é um exemplo de superação apenas por causa da deficiência é reduzir sua trajetória. É ser capacitista. Tais diferenças, de acordo com o modelo social de deficiência, não consideram

as PcD como incapazes, mas sim como pessoas que devem ser reconhecidas em suas particularidades, individualidades com possibilidades de aprendizagem que por meio de práticas pedagógicas em condições adequadas eliminem barreiras que tendem a excluir esses estudantes das diversas atividades do cotidiano universitário.

Apesar das contradições presentes nas práticas sociais que dificultam e/ou impedem a inclusão universitária, percebe-se como é necessário ter mais do que publicações, leis e decretos para que a política inclusiva seja uma experiência de vida, é importante avaliar continuamente o que já foi construído no sentido de ampliarmos e criarmos pontes de diálogo com quem utiliza constantemente os serviços propostos pela universidade. Deixar de vê-las pelo ângulo da incapacidade e/ou das limitações, enxergá-las sob o aspecto das possibilidades e competências, melhores alternativas surgirão para ao desempenho de diferentes habilidades bem como ressaltar a importância da inclusão desses estudantes que ao longo do tempo foram postos à margem da sociedade.

Terceiro, o preconceito e a discriminação: o processo inclusivo não é fácil, ora apresenta-se cheio de avanços, ora de recuos, ainda nesse período istórico, ainda, há necessidade de se pensar que tudo que foge de um padrão de normalização encontra a barreira do preconceito. Discutir a diversidade é extremamente necessário nesses tempos, é exercitar a tolerância, a cidadania, a alteridade e a empatia, além de promover a diminuição do constrangimento, da discriminação e do preconceito. No ambiente acadêmico, é perceptível a convivência com a diversidade m todos os seus aspectos, sejam diferenças étnicas, culturais, religiosas, de identidade de gênero, que, historicamente passaram por situações de segregação e preconceito. Assim sendo, percebe-se uma heterogeneidade presente e, faz-se necessário priorizar o reconhecimento da dimensão humana das pessoas ultrapassando estigmas produzidos em função de características físicas, sensoriais e intelectuais. Nas narrativas dos participantes aparece uma visão assistencialista, uma visão de que o outro não é capaz, por meio de argumentos e/ou olhares que inferiorizam.

Em suas falas demonstraram que muitos argumentos que são colocados para eles ou para os outros, demonstram um certo estranhamento em relação às pessoas com deficiência. O convívio com PcD é uma novidade para muitas pessoas e o novo traz insegurança, mas, para compreender quem ela é, como tratá-la, ajudá-la e interagir com ela, conheça-a! Rompa

com o estranhamento, observe o que ela diz sobre a própria realidade e como essas informações se materializam na vida dela. Atitudes preconceituosas promovem segregação e esta não é uma ação favorável e nem bem-vinda à inclusão.

Quarto, a invisibilidade e a solidão: como vimos, anteriormente, o preconceito, a diferença é negada muitas vezes por falta de compreensão e percepção, podendo culminar no isolamento dessas pessoas, simplesmente, por suas características. O isolamento pode promover a invisibilidade, solidão, sienciamento e aobscuridade desses estudantes, explicitando, de certa forma, que as barreiras atitudinais dificultam, sobremaneira, o desenvolvimento dos estudantes com e sem deficiência. Uma vez, isolados, a margem do grupo, pela deficiência e/ou diferença, se não usufruem das atividades proporcionadas no contexto universitário de maneira que tenham experiências formativas, como vão ampliar a consciência para uma formação que tenha reflexão crítica e emancipatória em seu processo formativo? Vale ressaltar, também, que o processo de escuta e de observação atenta sobre esses percursos, valoriza as histórias de vida singulares dos participantes da pesquisa.

E por fim, **rede de apoio:** nas narrativas dos participantes da pesquisa, os sentimentos de cooperação e de amizade, a colaboração por parte dos colegas, coordenador do curso, de alguns professores e, especialmente, dos familiares se tornaram elementos facilitadores no processo inclusivo.

Aliado a isso, pensando o processo de adaptação dos estudantes a vida universitária , especialmente, a determiação do desempenho, dentro de um curso rígido, como o de Medicina, estão conectados aos efeitos de suas caracteristicas individuais, sua capacidade de lidar com as inúmeras demandas, carga horária teórica extensa e práticas, maiores ainda, e a interação que estabelecem com as redes de apoio encontradas nesse percurso acadêmico. Informação esta, que novamente, nos alerta sobre a importância da disponibilidade de uma rede de apoio institucional ampla, por entendermos que esse elo cíclico reflete diretamente os condicionantes que propiciam o suporte básico para que o exercicio das aprendizagens possa se desenvolver de maneira exitosa e fluida. As relações sociais se estabelecem a partir da convivência com o outro.

A história das pessoas com deficiência conta que por muito tempo essa convivência foi restrita ao ambiente familiar, asilos, manicômios, instituições espcializadas, escolas

especiais com pouco contato com outros espaços de socialização. Assim, o processo inclusivo, resulta dessa longa trajetória histórica que foi construída por todos ao longo dos anos, marcado pela segregação, discriminação e até morte. Como aceitar o outro sem estabelecer laços, sem conviver, sem compartilhar conhecimentos, emoções e sem relacionamento?

Percebe-se na narrativa dos prticipantes da pesquisa que o relacionamento com o outro quando apresentam características de respeito, sem resistências na aceitação, de cooperação, quando professores procuram trabalhar de forma consciente, e existe a proposta do diálogo, da colaboração, os obstáculos cotidianos tendem a ser superados. É importante que ações sejam planejadas de acordo com a contribuição, historia de vida e força de identidade desses grupos sociais minoritários, com vistas a alcançar a formação da consciência inclusiva na universidade.

Por fim, das narrativas dos estudantes participantes da pesquisa emergiram diversas contribuições e propostas para uma universidade inclusiva. Críticas contra situações de falta de acessibilidade dos mais diferentes aspectos que vivenciam no cotidiano e também situações positivas que foram colocadas como elementos facilitadores para a permanência e egresso exitoso na universidade.

E é possível vislumbrarmos que práticas democráticas, conforme declaram os participantes, venham a contribuir para a permanência deles na universidade e para o enfrentamento das dificuldades existentes em uma sociedade contraditória. Visto que, a mesma sociedade que inclui pela igualdade, exclui pelas diferenças. Em seu percurso academico e formativo, estudantes com deficiência apresentam muitas especificidades e requerem profissionais engajados no objetivo de proporcionaá-los um processo formativo construtivo que destaque a importância para teorias e práticas que valorizem a diversidade, cooperação e solidariedade.

Algumas resistências precisam ser quebradas sejam elas atitudinais, físicas, administrativas, entre outras. Uma realidade desigual necessita de ações que permitam transformar a realidade promovendo reformas estruturais e pedagógicas. Aspectos que não promovem acessibilidade produzem um ambiente hostil que desmotivam muitos estudantes em sua permanência nos cursos. Por outro lado, aspectos como amizade, respeito, rede de

apoio, aparecem nas entrevistas não só no plano ideológico, de defesa e/ou de posição que se pretende alcançar, mas sim em situações práticas que contribuem para humanização. A universidade não pode estar indiferente às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, temos uma vasta e abrangente legislação que estabelece orientações e diretrizes para estruturar uma educação que se pretende acolher a diversidade dos estudantes no ambiente universitário. A presença de estudantes com deficiência no Ensino Superior faz a universidade refletir sobre suas estruturas na medida em que estes demonstrem que demandam de novas estruturas físicas e pedagógicas para que sejam reduzidas as barreiras arquitetônicas e atitudinais que, ainda hoje, são grandes entraves e inibem o acesso ao conhecimento.

Entre tantas dificuldades podemos constatar a falta de preparo dos professores, bem como a falta de infraestrutura das nossas universidades. Os professores, na sua maioria, não foram preparados para lidar com a diversidade, com as especificidades de cada estudante, assim como também as universidades não passaram por um processo de reestruturação. Neste contexto universitário, os professores precisam construir novos saberes, adotar novas práticas, buscar ajuda nas redes colaborativas, procurar informações, e acima de tudo, precisam ter interesse em proporcionar aos estudantes uma formação que promova o efetivo aprendizado. Vale ressaltar, a importância do reconhecimento e respeito às diferenças para que desenvolvam suas práticas no caminho de programas inclusivos. Apesar disso, é incompreensível que em suas ações no cotidiano, a práxis docente que trabalha para formar profissionais, não utilize dos recursos existentes, na busca de conhecer outras formas de ensinar e avaliar e, prinncipalmente, de formação para o desenvolvimento e melhoria da sua própria prática. Muitas vezes, basta ouvir o estudante que ele mesmo indicará propostas e caminhos mais adequados a suas aprendizagens como foram explicitadas em suas narrativas nas entrevistas realizadas.

As políticas públicas, podem com certeza criar espaços, promover projetos, assegurar direitos e deveres. Porém isso por si só, não é suficiente para se garantir uma inclusão

verdadeira. Apenas as leis não dão conta do processo de inclusão, além delas, é preciso que haja condições e recursos humanos, pedagógicos e físicos para que o que é proposto nas leis seja aplicado na realidade, com resultados realmente significativos. Faz-se necessário considerar que nem um órgão sozinho dentro da universidade possui condições de abraçar tamanha complexidade. Acreditamos que o Núcleo de Acessibilidade deve ser um órgão articulador da política de inclusão, com suas metas, ações e, toda comunidade acadêmica bem articuladas nas discussões e possíveis ações de acessibilidade. E, para que tudo isso possa realmente se efetivar, urge fundamentalmente uma mudança de mentalidade.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou, a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, um panorama sobre os processos de inclusão vivenciados no curso de Medicina da UFTM e em compreender o processo histórico da educação inclusiva, procurando destacar os entraves, possibilidades e avanços neste processo na perspectiva dos estudantes.

O debate sobre essa temática não é linear, existem contradições e possibilidades, aspectos positivos e negativos que fazem da subjetividade dos estudantes ao estabelecerem relações sociais e que fazem parte da construção por uma universidade acessível. Os dados obtidos por meio das narrativas dos participantes revelaram que para uma efetiva inclusão, é necessário o diálogo e a conscientização de toda comunidade acadêmica sobre a existência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, sobretudo, atitudinais, sobre a existência das diferenças em prol de um universo acadêmico que promova medidas que auxiliem no processo inclusivo.

À vista disso, espera-se contribuir com a promoção de reflexões sobre a temática na qual considere um olhar de igualdade e reconhecimento dos direitos de uma multiplicidade de culturas que convivem em sociedade; uma escuta sensível ao ouvir o outro; que considere o diferente e amplie a aprendizagem, ocupe o espaço e, que denuncie os processos de exclusão dos incluídos e que novos estudos caminhem para a construção de novos conhecimentos e novas práticas, proporcionando a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Assim, essa pesquisa, não se encerra em respostas, mantem o espaço aberto ao novo, para novas questões e, um caminho aberto as possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Brasília, 2003.Disponivel em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Superior (MEC/SECADI/SESU). **Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na educação superior**. 2013.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª edição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; FONSECA, Kátia de Abreu. A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 107–127, 2017. DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10824. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10824. Acesso em: 16 set. 2020.

FERRARI, Marian A. L. Dias. SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 27 (4). Dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/?lang=pt. Acesso em: 29 out. 2021.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. 243p.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. et al. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.